

**APROPRIAÇÃO SOCIAL
DO ESPAÇO URBANO
E
TERRITORIALIDADE:
O DESEJO E A
ESPERANÇA PELOS
INTERSTÍCIOS***

*SOCIAL APROPRIATION OF THE
URBAN SPACE AND
TERRITORIALITY: THE DESIRE AND
HOPE FOR THE INTERSTICES*

*APROPRIACIÓN SOCIAL DEL
ESPACIO URBANO Y
TERRITORIALIDAD: EL DESEO Y LA
ESPERANZA POR LOS INTERSTÍCIOS*

**ULYSSES DA CUNHA
BAGGIO**

Professor do Curso de Geografia
do Departamento de Artes e
Humanidades da Universidade
Federal de Viçosa; Doutor em
Geografia Humana pela
Universidade de São Paulo

E-mail: ulybaggio@ufv.br

* Este texto, com diversas modificações e adendos, integra partes da minha tese de doutorado intitulada *A luminosidade do lugar – circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza*, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, em novembro de 2005. Ele também se vincula a um projeto autônomo de pesquisa que ora desenvolvo no Departamento de Artes e Humanidades da UFV, intitulado *Território e sociedade no horizonte de uma geografia libertária: percursos de uma epistemologia do desejo*.

Resumo: O artigo procura desenvolver uma reflexão crítica acerca do planejamento urbano sob os imperativos da racionalidade capitalista e do mundo da mercadoria, na perspectiva de uma condição mais democrática e favorável a uma efetiva apropriação social do espaço, envolvendo a discussão dos limites e das possibilidades deste percurso. Apresenta-se como um estudo de caso o bairro de Santa Tereza, localizado na Região Leste da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Palavras-chave: planejamento urbano; apropriação do espaço; território; territorialidade; bairro de Santa Tereza; Belo Horizonte, Minas Gerais.

Abstract: This article intends to develop a critical reflection concerning the urban planning under the imperatives of the capitalist rationality and the world of the merchandise, in the perspective of a condition more democratic and favorable to an effective social appropriation of the space, involving the debate of the limits and the possibilities of this course. The quarter of Santa Tereza is presented as a case study, located in the East Side of the city of Belo Horizonte, Minas Gerais.

Key words: urban planning; appropriation of the space; territory; territoriality; quarter of Santa Tereza; Belo Horizonte, Minas Gerais.

Resumen: El artículo se propone desarrollar una reflexión crítica referente al planeamiento urbano sus los imperativos de la racionalidad capitalista y del mundo de la mercancía, en la perspectiva de una condición más democrática y favorable a una efectiva apropiación social del espacio, implicando la discusión de los límites y las posibilidades de este curso. Presenta un estudio de caso del barrio de Santa Tereza, situado em la Región Este de la ciudad de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Palabras clave:** Planeamiento urbano; apropiación del espacio; territorio; territorialidad; barrio de Santa Tereza; Belo Horizonte, Minas Gerais.

Introdução

Diferentemente de uma perspectiva teleológica, projetando no futuro a redenção dos problemas do presente, partimos da idéia que uma concepção democrática de planejamento urbano envolve um trabalho político-técnico concebido e realizado de modo democraticamente compartilhado entre Estado e sociedade urbana, pelo qual ele deve se orientar ao desenvolvimento sócio-espacial presente e futuro, de modo a proporcionar à urbe condições favoráveis à formação de um espaço de vivência e de reprodução social em patamares dignos, melhorando continuamente e progressivamente a qualidade de vida dos cidadãos e a justiça social. Desse modo, tal concepção se pautaria por preceitos éticos e por um explícito e sólido senso de responsabilidade sócio-ambiental. Neste sentido, ela não se identificaria e muito menos compactuaria com uma visão estritamente mercantil do espaço urbano, ou ainda como uma forma de tratamento da cidade que a tomasse como um negócio. Vale lembrar que o tratamento mercantil da cidade, forma bastante difundida nas políticas de planejamento urbano na contemporaneidade, figura como uma variável robusta dentre aquelas que conformam a crise urbana, que, por sua vez, se revela mais propriamente como uma crise do trabalho e do mundo do trabalho.

Esta condição tem motivado os debates em torno das possibilidades e dos limites às ações devotadas aos problemas urbanos (emprego, educação, saúde, moradia, transporte, meio-ambiente etc.) e à vida dos cidadãos de modo geral. Trata-se, portanto, de uma empreitada a demandar a ação conjunta de sujeitos sociais (poder público, organizações não-governamentais e sociedade organizada), em que pese a urgência reativa diante de um quadro de desfiguração do homem e dos seus respectivos espaços de vivência e reprodução social, principalmente nas grandes aglomerações. Considerando-se que a urbanização - sobretudo sob as condições atuais de desenvolvimento da globalização - encerra dinamismos que dificilmente poderiam ser contidos, adrede o avanço da polarização social, urge pensar o seu redirecionamento em bases mais aceitáveis. Vale dizer que a urbanização no Brasil ainda leva a marca da concentração da população urbana em poucas metrópoles, ao mesmo passo em que se aprofundam as desigualdades sociais e a segregação espacial, com o crescimento dos bolsões de pobreza e miséria. E o instrumento representado pelo planejamento urbano no país tem se mostrado ao longo dos tempos um ingrediente de peso a colaborar, desgraçadamente, mais na formação de exclusão social e, ou de inserção precária¹ de segmentos sociais na cidade e na economia urbana, do que na diminuição das desigualdades e na melhoria das condições de reprodução social. Isto não significa que o planejamento seja um instrumento a ser “condenado” ou deixado de lado, pois ele ainda representa uma opção importante no tratamento de diversos problemas que afligem a vida nas nossas cidades, que estão submetidas a grandes transformações nessa fase de desenvolvimento acelerado da globalização. Neste sentido,

¹ Pode-se falar aqui de inserção precária ou perversa de segmentos sociais na cidade e na economia urbana, os quais não estariam propriamente excluídos. Sobre o assunto ver Martins, 2004.

ele se mostra uma opção efetivamente válida desde que opere pautado nos princípios da gestão participativa, da continuidade das ações e da flexibilidade de sua realização.

Planejamento urbano e racionalidade capitalista: limites e possibilidades

Ao refletir sobre o significado e o verdadeiro sentido do planejamento, Luis Boada (1991, p.13 e 14) oferece-nos uma contribuição valiosa, quando nos diz que:

O planejamento não inclui em sua base unicamente valores de troca, portanto não deve pautar-se com os parâmetros eleitos pela economia. Ao contrário, essa ampliação do âmbito dos valores considerados deve permitir-lhe reconhecer que seu objeto caracteriza-se pela abundância e até pelo excesso, que é a forma que podem adotar os desequilíbrios produzidos pela abundância. Desse modo, o objetivo do planejamento será o conhecimento, o reconhecimento, a ordenação, a regulamentação da abundância e a correção do excesso. Portanto, frente ao planejamento defensivo ou terapêutico que considera apenas os valores de troca, terá de afirmar-se um planejamento criativo. Esse planejamento criativo pode ser visto como uma verdadeira economia, literalmente “construção” e “administração”, dos organismos naturais: o mundo e o ser humano. Isso significa que o planejamento pode possibilitar o conhecimento, o reconhecimento e, sobretudo, a administração e recriação não apenas dos valores de troca, mas da abundância natural do mundo e do ser humano, transformando-a em valor essencial, uma vez que ela é de fato constitutiva de sua essência.

Este entendimento remete ao fato de que as ações públicas locais, voltadas à transformação das estruturas de decisão e gestão da cidade demandam, para serem melhores sucedidas, uma ampliação do conceito de urbano na sua base, ou seja, que na busca da qualidade de vida efetiva dos moradores da cidade se garanta, para além da incorporação da participação popular na gestão pública, a participação na própria economia, sem a qual aquela não se sustenta.

Fazê-lo significaria introduzir outros assuntos como objeto da política pública local: o emprego e outras formas de realização do trabalho, a remuneração dos fatores produtivos possuídos pelos setores populares e o fornecimento de bens e serviços, dos quais os serviços “urbanos” são uma parte, aquela eleita pelos urbanólogos como própria de seu campo profissional. (...) As políticas urbanas (dirigidas a reformar a vida urbana) devem centrar-se na economia urbana e suas possibilidades de desenvolvimento. Sem essa consideração, nem o ordenamento territorial, nem a distribuição de serviços, nem a própria possibilidade de avançar para uma democracia sustentável podem formular-se ou resolver-se adequadamente. Ademais, centrar a análise no econômico responderia às prioridades manifestadas pelos próprios setores populares, em geral mais interessados em conseguir uma renda

estável que um melhor acesso aos “serviços urbanos”. (Coraggio, 1994, p.222-224).

O debate em torno da questão do planejamento e de suas possibilidades coloca-nos, ainda, uma questão importante: seria possível a um Estado capitalista desenvolver formas de gestão que contrariam preceitos capitalistas? Ou ainda, poderia o Estado realizar um planejamento efetivamente democrático sob a racionalidade hegemônica do capitalismo?

O problema encerra dificuldades no seu equacionamento, sobretudo ao considerar-se na análise as relações estreitas entre Estado e capital ou ainda Estado e mercado, particularmente no que tange às designadas economias em desenvolvimento. Nestas se evidencia o uso do intervencionismo estatal como um recurso de traço basicamente “corretivo”, de modo a dotar o território, e a economia nele inscrita, de condições materiais e infra-estruturais (técnicas e sociais) para viabilizar a reprodução ampliada do capital. (Schmidt, 1983). Neste sentido,

O Estado [...] desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade). Assim, o espaço se revela como instrumento político intencionalmente organizado, e manipulado pelo Estado; é, portanto, meio e poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação. (Carlos, 2001, p.31).

Longe de quaisquer idealismos ou mesmo de interpretações de cunho tecnocrático, argumenta-se que embora esta racionalidade e as relações que a fundamentam sejam dominantes, e se consubstanciem como um poder², elas não são, contudo, únicas, absolutas e definitivas, colocando-se sempre a possibilidade de se forjar algo novo, de se criar outras possibilidades. Vale pensarmos, acerca disso, sobre o sentido das palavras de Hannah Arendt (1981, p.190-191):

Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio preceito de início; e isto, naturalmente, é apenas outra maneira de dizer que o preceito de liberdade foi criado ao mesmo tempo, e não antes, que o homem.

É da natureza do início que se comece algo novo, algo que não pode ser previsto a partir de coisa alguma que tenha ocorrido antes. Este cunho de surpreendente imprevisibilidade é inerente a todo início e a toda origem. [...] O novo sempre acontece à revelia da esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre. O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto,

² Emprego o sentido que lhe atribui Claude Raffestin (1993, p.52-53), para o qual “o poder é parte intrínseca de toda relação”, sendo ele “um processo de troca ou de comunicação”.

por sua vez, só é possível porque cada homem é singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém.

Essa racionalidade é crítica, sendo ela uma criação humana e como tal sujeita às suas próprias interferências e ações. Não há Estado sem contra-Estado e poder sem contrapoder. Os contrapoderes insinuam-se como um conjunto de forças e ações variadas capazes de perturbar e até mesmo ameaçar o Estado e sua racionalidade. Não há racionalidade em si mesma, e tampouco pode existir racionalidade absoluta; o que se mostra racional hoje pode não sê-lo amanhã, e o racional de uma dada sociedade pode ser tomado como o irracional de outra (Santos, 1993, p.53).

Desde os anos 60 do século XX ocorre um recrudescimento dos contrapoderes na esteira da crise/redefinição do Estado, quando as empresas transnacionais encarregam-se, de modo proeminente, do crescimento econômico. Eles emergem das regiões, das periferias dos grandes centros urbanos, das diferenças. Não se quer dizer com isso que eles estejam orientados para uma dissolução do Estado, para a sua superação, mas mais propriamente sinalizando virtualidades políticas importantes quanto à possibilidade de um percurso rumo a uma condição mais democrática.³ Conforma-se, assim, um campo de relações dialéticas, dinâmicas e conflituosas entre contrapoderes e poder político existente (Lefebvre, 1976).

Os termos dessa interpretação sugerem que a racionalidade capitalista não necessariamente elimina a possibilidade do percurso democrático, até por que a própria democracia se revela como uma construção, sempre uma construção, não se mostrando como uma condição plena, definitiva e acabada⁴; condição que, aliás, também vale ao próprio capitalismo. É próprio da natureza humana, e do próprio homem, agir, de um modo ou de outro, em busca de melhores condições à sua existência - conquanto o inverso também seja verdadeiro... A racionalidade capitalista não é maior do que as essenciais e indissolúveis necessidades humanas.⁵ Os movimentos sociais, bem como outras formas de insurgência, encerram virtualidades nesse sentido. Esta racionalidade encerra contradições que se agudizam nos tempos hodiernos com o aprofundamento da crise do processo civilizatório capitalista, fazendo da crise um vetor de dinamismo e, desse modo, estimulando iniciativas e ações reativas de matizes diversos, nos mais variados setores, segmentos sociais e lugares, tanto em países de capitalismo avançado como em países semiperiféricos (como é o caso do Brasil) e países pobres.

³ De acordo com Demétrio Magnoli, a democracia não se limita ao horizonte estreito da eleição, mas se apresenta mais propriamente como “[...] o produto de uma teia de instituições e leis que limitam o poder dos governantes, escrutinam os atos do poder, resguardam os direitos dos cidadãos e protegem a expressão da minoria”. (Folha de São Paulo, Opinião, 8 de dezembro de 2005, p. A2).

⁴ Acerca disso Henri Lefebvre nos diz que: “A democracia consiste, essencialmente, em uma luta pela democracia. Jamais completamente vitoriosa, porque, em virtude de suas contradições, a democracia pode sempre avançar e regredir” (1979, p.101).

⁵ Não estamos considerando aqui às “necessidades” artificialmente criadas pelos veículos de publicidade a serviço das empresas e do consumismo desenfreado.

Um outro problema, certamente, poderia ainda ser destacado como um robusto fator de constrangimento à implementação de uma forma de planejamento urbano democrático e participativo, isto é a ampliação e a difusão sócio-espaciais do tráfico de drogas, uma vez que as quadrilhas de traficantes incrustadas nas favelas impõem enormes restrições aos movimentos associativos, intimidando-os, cooptando lideranças e até mesmo neutralizando suas ações. (Souza, 2000).

Mudar a cidade, sobretudo em condições de profundas desigualdades, não é efetivamente uma tarefa inexecutável, ainda mais no curto prazo, tornando-se um tanto que nebuloso vislumbrar no horizonte do drama social os efetivos protagonistas deste processo e seus avanços. A mudança da cidade para uma condição sócio-espacial digna e democrática, com justiça social instaurada, implicaria uma longa e difícil construção, demandando tanto o trabalho coletivo e participativo (com participação de agentes variados e de múltiplas identidades), como também modificações nas próprias subjetividades. Esta condição requereria, seguramente, o direito e a liberdade de se determinar a(s) forma(s) do nosso meio ambiente, ou ainda dos modos de sua organização, o que pressupõe o exercício da responsabilidade ao que é comum a todos. O que vale dizer que nenhum programa social poderá alcançar a condição democrática à revelia do espaço, do mesmo modo que a realização eficiente de uma dada prática social implica na apropriação efetiva de um espaço. A consecução deste percurso significaria, portanto, a amplificação da política e de sua necessária invenção a fim de repor os dissensos, estimular a autonomia e, com isso, favorecer as iniciativas de caráter autogestionário para além do ambiente das empresas, que são fundamentais à consolidação de uma verdadeira condição democrática.

A instauração processual de uma democracia avançada, com a ampliação do exercício da democracia direta⁶, enfrenta certamente dificuldades em sociedades progressivamente urbanas, perpassadas por múltiplas clivagens e hierarquias, principalmente em macro aglomerações, como é o caso das metrópoles. Mas isso não significa a sua impossibilidade, haja vista as possibilidades oferecidas pelas políticas de descentralização territorial, pelo artifício da delegação, pelas novas tecnologias de comunicação e tratamento da informação (Souza, 2002, p.330-33). De modo geral, as restrições parecem ser substancialmente maiores em países não avançados ou não desenvolvidos, como é o caso do Brasil. Elas se colocam em parte nos limites da própria racionalidade capitalista, mas também para além dela, e isto em razão dos problemas e dificuldades inerentes a uma condição de ingente concentração urbana, marcada pela diversidade e pela diferença. Ademais, as desigualdades sociais e econômicas afetam negativamente as instituições democráticas, afetando, desse modo, a participação e o

⁶ Por *democracia direta* compreende-se uma situação (ou regime político) na qual as demandas e os problemas sociais não apresentam como mediação única o Estado e seus representantes, mas, para além deles, outros agentes da sociedade civil, a exemplo de movimentos sociais diversos que atuam numa perspectiva mais independente e de caráter autogestionário, de modo que os indivíduos atuem mais diretamente nos processos decisórios, o que modernamente implicaria no emprego do recurso da delegação e da descentralização político-territorial.

consenso, embora o direito à participação esteja garantido. E a não participação pode ser atribuída ao fato de que os custos desta participação não condizem com as condições dos possíveis interessados. Vale lembrar que as próprias intervenções estatais impactam fortemente esta condição metropolitana, produzindo sensíveis constrangimentos à democracia urbana. Acerca disso, Ana Fani A. Carlos observa que

O Estado, com seus instrumentos legais, produz grandes transformações nos usos e funções dos lugares da cidade, reproduzindo a hierarquia desses lugares no conjunto do espaço metropolitano. Mas, ao direcionar-se os investimentos em infra-estrutura, aprofundam-se as desigualdades na metrópole, interferindo de modo profundo nas formas de apropriação do espaço à medida que produzem, com sua intervenção, um processo de valorização diferencial do solo urbano. (Carlos, 2001, p.27).

Como já observado, avança no mundo e no Brasil uma forma de tratamento da cidade norteada por critérios explicitamente mercadológicos sob o patrocínio do Estado. Esta orientação expõe o sentido e os fundamentos de um processo de reprodução e reestruturação espacial marcado pela proeminência sócio-esopacial do valor de troca, submetendo o valor de uso. Tal primado do valor de troca significa objetivamente

[...] um conflito entre interesses organizados em torno do espaço social, enquanto local dos valores sociais de uso e do desdobramento de relações comuns no espaço, e interesses em torno do espaço abstrato, enquanto espaço de desenvolvimento imobiliário e administração governamental – a articulação combinada entre modo político e modo econômico de dominação. (Gottdiener, 1993, p.164-165).

Contudo, é preciso acautelar-se quanto ao cálculo das potencialidades e da extensão da proeminência do valor de troca na totalidade espaço-temporal. Superestimá-las significaria praticamente suprimir do horizonte de análise as virtualidades e possibilidades do uso, com seus nichos de insurgência e resistência, malgrado se reconheça o amplo dinamismo espacial do valor de troca. Há que se considerar a diversidade e as potencialidades de insurgências e práticas sócio-espaciais de resistência que emergem mais propriamente no universo do espaço social. Trata-se de práticas que, de modo geral, provêm de baixo para cima. Elas são protagonizadas, sobretudo, nos interstícios da sociedade e da cidade, cujas respectivas conformações político-territoriais não raro são obnubiladas pela versão ideologizada da cidade oficial, e não da cidade real. Daí o alerta importante de Ermínia Maricato (2000, p.186), quando nos diz que

Na sociedade brasileira, podemos dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador. Daí o potencial de uma ação pedagógica sobre o reconhecimento da cidade real, em especial da “cidade oculta”.

A transformação da cidade e a apropriação do espaço urbano

Esse panorama remete à questão da democratização do Estado e da sociedade e, portanto, da própria cidade. Imaginar uma sociedade sem poderes instituídos é uma ficção. A transformação da cidade envolve tanto a atuação do Estado no tratamento dos problemas urbanos como da sociedade na sua diversidade. A título de exemplificação, podem-se destacar os programas de orçamento participativo.

Afora as críticas que recaem sobre as formas de gestão participativa e, em especial, do orçamento participativo, envolvendo a discussão acerca dos seus próprios limites, tais programas constituem instrumentos importantes a serem aperfeiçoados para a democratização da gestão das cidades. Eles representam a possibilidade da sociedade civil propor e introduzir modificações na vida política e melhorar políticas voltadas ao atendimento de demandas dos segmentos sociais de baixa renda. Acerca dos limites à proposta do Orçamento Participativo, Leonardo Avritzer (2002, p.37) aponta dois deles que “parecem bastante claros”. O primeiro seria a “pouca democratização na relação entre os próprios atores sociais e a incapacidade de estender o OP para áreas sociais nas quais o que está em jogo são alternativas de políticas públicas”. Entretanto, adverte para o fato de que embora o OP pareça constituir um importante instrumento de democratização entre Estado e Sociedade, há evidências no âmbito interno das comunidades que indicariam certa restrição desta condição, uma vez que se constata uma “relação hierárquica e pouco democrática” nas mesmas. O segundo limite está na proeminência representada pela questão da distribuição de recursos materiais, chamando a atenção para o fato de que, “até o momento, a maior parte das decisões do OP diz respeito a questões materiais”.

Oferecem-se como exemplos⁷ os casos de Porto Alegre (a partir de 1989) e Belo Horizonte (a partir de 1993), embora nestas duas cidades o associativismo comunitário seja anterior ao OP, porém apresentando perfis distintos. Porto Alegre tem uma formação histórica mais ativa, com mais participação, menos relação com mediadores políticos e mais mobilização dos próprios atores comunitários. Belo Horizonte tem uma formação histórica mais conservadora, com menos mobilização e maior presença dos mediadores políticos. Tal tradição só mudou mais recentemente. (Avritzer, 2002, p.37).

Essas experiências, entre outras, compõem com certo destaque no percurso da luta pela democratização no Brasil. Ela tem se desenvolvido fundamentalmente em âmbito local, haja vista o fato de que as cidades, sobretudo os grandes centros, terem sido o núcleo-base de construção, e sustentação, do projeto autoritário no país na esteira da modernização conservadora, de modo a promover o crescimento industrial sobre as bases de uma urbanização permanente (Davidovich, 1995). Em diferentes níveis e expressões a sociedade civil expõe uma atuação política auspiciosa de uma variedade de movimentos sociais e ONGs, capazes de desempenhar ações complementares de grande relevância à

⁷ Embora estas sejam experiências bastante conhecidas, no Brasil a prática do orçamento participativo começou no final da década de 70, em pleno regime militar, em Lages (SC). A partir daí dezenas de programas de pressuposto participativo se seguiram pelo Brasil, despontando como experiências tanto nacional como internacionalmente conhecidas os casos de Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG), que se tornaram referências inspiradoras a outros governos municipais.

atividade estatal, em diversas áreas e setores: moradia, meio-ambiente, educação, saúde, lazer, etc.

O fato de que muitas decisões e soluções repousam sobre os ombros da sociedade civil (embora a dinâmica da sociedade civil possa ser positivamente influenciada ou catalisada pelo Estado sob circunstâncias especiais) obriga os planejadores críticos a abdicarem do hábito usual de superenfatizar discussões sobre instrumentos em detrimento do debate em torno dos (possíveis ou potenciais) protagonistas, seus valores e sua dinâmica. Por outro lado, isso não constitui qualquer perda ou concessão: a sociedade civil [...] pode ser essencial como complemento para a ação estatal, além de poder (e deve) ser pensada e valorizada independentemente do Estado e, mesmo, contra o Estado. Caso contrário, o risco de reproduzir o estadocentrismo e o racionalismo tecnocrático, ainda que mitigados e envolvidos por uma roupagem alternativa (“tecnocratismo de esquerda”) é total. Lidar com a dinâmica social, em vez de circunscrever-se a uma discussão técnica sobre instrumentos, está longe de ser, meramente, um desafio analítico, ainda que também o seja; o desafio é, igualmente, prático-político, e reside no fato de que a cultura (valores, cultura política) e a psicologia social dificilmente podem ser influenciadas por ações planejadas, a não ser, quiçá, no longo prazo. De toda maneira, certamente não serão influenciadas de modo “controlável” e monitorável: não se concebe aqui, um tratamento à la “engenharia social”. (Souza, 2002, p.523).

Diante disso, vale dizer que a história nos mostra que as situações de crise - com a decorrente queda da taxa média de lucro e da mais-valia - constituem um fator de dinamismo, de reações, de inovações, de insurgências, condição na qual o novo pode ser engendrado, não necessariamente para melhor, é bem verdade, mas inclusive. O mundo nos apresenta, em variados lugares e situações, uma diversidade de práticas sócio-espaciais que indicariam a possibilidade de alternativas factíveis⁸, reveladoras de melhores possibilidades ao homem e aos seus respectivos espaços de vivência. Se a cidade, e o território de modo geral se inserem nos circuitos de valorização, não se pode perder de vista que esse movimento não é uma via de mão única, pois encerra uma dinâmica conflituosa permanente, e agora mais recrudescida, entre a propriedade e a apropriação. E não sem razão é que Odette Seabra (1996, p.71) nos diz que “[...] a história bem que poderia ser lida, contada, interpretada pelo movimento conflituoso entre a apropriação e a propriedade”, na qual a primeira, segundo a autora, está “referenciada a aspectos qualitativos, a atributos”, ao passo que a segunda “a quantidades, a comparações quantitativas, igualações formais, ao dinheiro (que delimitando o uso tende a restringi-lo)”

⁸ Pode-se oferecer, a título de exemplificação, o projeto de desenvolvimento urbano realizado na cidade de Bogotá, na Colômbia, que viabilizou a conexão da periferia com o centro da cidade, proporcionando ganhos em termos de qualidade de vida aos seus moradores, sobretudo nos locais envolvidos por esta conexão. Ademais, emergem na América Latina e, em específico, no Brasil, movimentos urbanos, de variados matizes, de música, arte, literatura, que ao lado de outros movimentos sociais, como os de luta pela terra, moradia, meio ambiente, entre outros, reivindicam a condição cidadã e um espaço mais digno. Pode-se recomendar ainda a leitura do importante livro organizado por Santos, B., 2002.

Ela situa essa tensão entre os momentos racionais e os da apropriação, e explica:

Esse conflito traduz-se numa luta pelo uso, pela apropriação, que absolutamente não é nem poderia ser entendida como marginal, à parte do todo, fora da sociedade e do social. Nesses termos, se o uso se insurge e ganha visibilidade, restabelece a dialética da propriedade em outros termos, em outros planos. É um processo que pressupõe atos práticos. (1996, p.76).

Pensar a cidade, a forma como ela é apropriada e transformada pressupõe uma concepção mais ampliada de território, o que se aplica também a alguns de seus atributos. Parte-se do pressuposto que o território revela a complexa totalidade do universo social e suas múltiplas formas de relações. Isto vale dizer que ele é tanto produzido pela dinâmica social como é por ela modelado, de modo a representar o universo geográfico de um complexo sistema de relações sociais diversificadas. Para além da aceção que o qualifica como um construto essencialmente material e econômico, ele também se qualifica como um valor simbólico na arena das relações sociais. Desse modo, ele envolve a valorização de práticas históricas e culturais empreendidas pelos sujeitos sociais e de suas relações com o espaço vivido. Nessa perspectiva, Rogério Haesbaert observa que

O território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. (2002, p.121).

Assim, o território se desvela mais que um simples conjunto de objetos, por meio dos quais se realiza o trabalho social, a circulação e a moradia, mas também como um dado simbólico, ou ainda o produto de uma apropriação simbólica. Assim, ele compreende a identificação que os diversos grupos sociais têm ou realizam com os seus respectivos espaços de vivência. E aqui é importante ter clareza quanto ao fato de que

A função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos. Os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações.

Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças. (Baczko, 1985, p.296-332).

Portanto, enquanto um dado simbólico o território é valorizado pelos investimentos afetivos nele realizados e vivenciados cotidianamente, investimentos estes que se inscrevem no uso do espaço. Daí poder-se dizer que um dado lugar pode alcançar certas condições que favoreçam os anseios e demandas de sua comunidade a partir do momento em que se formam laços afetivos (simbólicos) com o lugar. Por outro lado, o esvaziamento, ou ainda a destituição de significações valorativas do território conformaria uma condição de alienação territorial, podendo-se mesmo falar de um território alienado, estranho ao espírito e à razão. Compreende-se, então, que as experiências vividas no espaço fazem dele um espaço conhecido, familiar, dotado de certa personalidade, atributos pelos quais ele se consubstancia em lugar. Para YI-Fu Tuam, “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”, que se revela como “um mundo de significado organizado”. (Tuam, 1983, p.83). Num sentido mais amplo, Ana Fani A. Carlos observa que o lugar é

[...] a porção do espaço apropriável para a vida, revelando o plano da microescala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio que pipoca na metrópole, aproximando seus moradores, que podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação como elementos de sociabilidade. A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante e habitante-lugar, marcada pela presença. São, portanto, os lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a sua vida cotidiana, lugares como condição da vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas possibilidades e limites). Trata-se, portanto, de um espaço palpável, real e concreto – a extensão exterior, o que é exterior a nós, e ao mesmo tempo interior. São as relações que criam o sentido dos “lugares” da metrópole. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. É assim que os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer, de trabalho, de comunicação, ordenados segundo as propriedades do tempo vivido.

Nesse processo se desvenda a base da reprodução da vida passível de ser analisada pela relação habitante-lugar (pela mediação do uso), como produtora de identidade do indivíduo. A construção da cidade, hoje, revela a dupla tendência entre a imposição de um “espaço que se quer moderno”, logo homogêneo e monumental, definido, ou melhor, “desenhado” como espaço que abriga construções em altura associadas a uma rede de comunicação densa e rápida, e de outro “as condições de possibilidade”, que se referem

à realização da vida (que se acham à espreita, de modo contestatório), revelando uma luta intensa em torno dos modos de apropriação do espaço e do tempo na metrópole – um processo que ocorre de modo profundamente desigual, revelando-se em seus fragmentos. (2001, p.35-36).

Uso, apropriação e territorialidade: o bairro de Santa Tereza, Belo Horizonte, MG

À luz destas considerações oferecemos, a título de exemplificação, um caso estudado em nossa tese de doutorado (Baggio, 2005) a fim de pensar as possibilidades ao uso e à apropriação social do espaço. Trata-se de uma prática político-territorial matizada pela resistência a certas medidas urbanísticas tomadas pelo Estado, acolitada pelas sanhas do capital imobiliário, ávido por negócios lucrativos na cidade. A práxis sócio-espacial em tela traduz ainda uma significativa valorização simbólica local, o que nos levou a refletir sobre a formação de uma efetiva territorialidade em torno das condições de apropriação do espaço, mais especificamente do bairro de Santa Tereza, localizado na porção leste da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, sobre o qual discorreremos a partir de agora.

Embora Santa Tereza tenha nascido com a cidade planejada de Belo Horizonte, estando a sua área prevista na zona suburbana da nova capital, com seus traçados projetados desde a fundação da cidade em 1897, com indicação de ruas e suas respectivas designações, este lugar não se configurou, entretanto, como um espaço rigidamente planejado, tal como se deu com a zona Central de Belo Horizonte. Esta *área* correspondia ao que hoje é a extensão compreendida entre a Avenida Silviano Brandão, as ruas Salinas e Conselheiro Rocha, e a Avenida do Contorno. Naquela época, tal área constituía parte da Sétima Seção Suburbana. Registre-se que os terrenos desta seção foram, em parte, doados ao funcionalismo público e aos militares, e outra parte disponibilizada para a venda a particulares. A planta desta área só seria aprovada em 1926 (com a aprovação da segunda Planta geral da cidade). Esclareça-se que o levantamento de todas as áreas pertencentes à margem esquerda do Ribeirão Arrudas (Carlos Prates, Lagoinha, Floresta, Américo Werneck, Imigração) foi motivado pela necessidade de se iniciar o projeto do reservatório do Menezes e outros trabalhos infra-estruturais, empreitada que envolveu grandes dificuldades, à medida que os técnicos se ressentiam da inexistência de marcos de alinhamentos feitos pela Comissão Construtora para toda a região externa à Avenida do Contorno. Desse modo, em 1923 são descritos os trabalhos de campo para a região designada Imigração, onde hoje está Santa Tereza, para a qual foi confeccionado o cadastro completo do terreno, figurando, ainda, no desenho da planta a conformação topográfica do solo através de curvas de nível com intervalos de um metro.

Até o final dos anos 10, a comunidade ainda não contava com ruas abertas, o que se daria mais efetivamente a partir dos anos 20, quando diversas obras de terraplanagem e calçamento foram realizadas no local, assim como a dotação de alguma infra-estrutura de esgoto e rede de água. Parte destes construtos ainda pontua na paisagem do bairro até

os dias hoje, podendo-se destacar a conhecida praça central de Santa Tereza (Praça Duque de Caxias). Esta praça comparece na história do bairro como uma conquista da comunidade local junto ao poder público, fruto de suas reivindicações. Sua inauguração deu-se em 1937, sofrendo diversas reformas ao longo do tempo, a última delas na gestão do prefeito Célio de Castro (gestão 01/01/1997 a 27/03/2003)⁹, que em 30/06/2000 a reinaugurou, passando a contar com uma área maior, pisos novos, canteiros e anfiteatro para shows. Por enquanto, ela é o principal local do bairro para a realização de eventos públicos de maior monta.

Até os anos 30 a maior parte das ruas do bairro apresentava-se em precário estado de conservação e com baixo índice de pavimentação, ruas que praticamente ficavam intransitáveis em situações de maior incidência pluviométrica. O bairro só teria suas principais ruas calçadas e iluminadas na década de 1940, quando começou a ganhar alguma projeção em jornais e folhetins da cidade como um “bairro novo” e “agradável”, embora seus moradores continuamente reclamassem das suas deficiências infra-estruturais. Nestes tempos a Praça de Santa Tereza afirmava-se como o principal lugar de encontro da comunidade, local de realização de festividades e do *footing*, sobretudo nos finais de semana. Na Rua Mármore, bem ao lado dela, realizava-se o levantamento das duas torres da igreja matriz, que é considerada pelos moradores do bairro um dos seus principais ícones identitários. Vista à distância - como, por exemplo, da Avenida dos Andradas -, suas imponentes torres destacam-se na paisagem, servindo como uma clara referência ao bairro. A praça, até o momento, é o lugar de maior atração e concentração de pessoas do bairro, sobretudo às noites, quando se converte no “epicentro da boemia” deste lugar¹⁰, destacando-se no universo da sua vida cotidiana e da sua sociabilidade.

Desde o início das obras de construção da matriz em 1931 até a sua inauguração oficial em 01/05/1962, transcorreram-se, portanto, 31 anos de trabalho coletivo, o que certamente contribuiu para afirmá-la no imaginário dos moradores do bairro. E tudo leva a crer que a edificação da igreja matriz bem como a construção do antigo coreto da Praça Duque de Caxias, e os jardins que ali foram construídos, consolidaram este lugar como a área central de Santa Tereza. Nas narrativas de seus moradores a praça e a igreja comparecem como os dois principais ícones identitários do lugar.

Na década de 1950 já se podia observar, com maior clareza, o predomínio de construções de uso residencial no bairro, quando começaram a surgir construções de pequenos edifícios. Vale dizer que o período compreendido entre o final dos anos 40 e aproximadamente meados dos anos 50 é caracterizado em Belo Horizonte como uma fase na qual o mercado expõe um traço predominantemente especulativo, quando então

⁹ Cumpre observar que o prefeito Célio de Castro foi reeleito para o período de 01/01/2001 a 31/12/2004. Contudo, por motivos de saúde, foi licenciado em 31/12/2002 e aposentado em 27/03/2003.

¹⁰ Esta condição da Praça Duque de Caxias e seu entorno, com a presença de bares e restaurantes, mereceu uma matéria de duas páginas no jornal “O Tempo”, com o título “Santa Tereza reafirma a cada dia sua vocação notívaga”. Cf. Jornal *O Tempo*, 2001, p.10-11.

operou uma enorme oferta de lotes, sinalizando para a abertura de novas frentes do processo de expansão urbana por meio do loteamento de grandes áreas. Nestas, apenas se fazia a abertura de ruas, sem qualquer dotação de infra-estrutura básica, conduzindo à formação de bairros cada vez mais longínquos, o que consolidou a expansão periférica e a conurbação, precipitando desse modo a metropolização de Belo Horizonte. (Plano Diretor de Belo Horizonte, 1995). Os avanços da industrialização e da urbanização representaram para o bairro o recrudescimento dos empreendimentos imobiliários, principalmente a partir dos anos 80, como evidencia a construção de pequenos conjuntos habitacionais na época.

O adensamento populacional e a expansão da área construída desencadearam a formação de uma teia de conflitos entre a apropriação da rua para o desfrute dos moradores e o recrudescimento do tráfego, em detrimento da primeira. Entretanto, este movimento não representou uma ampla supressão de práticas de uso no local, sendo ainda observáveis nos seus interstícios (sobretudo nas ruas de menor tráfego) bem como na Praça Duque de Caxias. Estas áreas não estão, obviamente, incólumes aos problemas sociais e seus agravos, com ocorrências esporádicas de pequenos furtos, agressões, roubos, uso miúdo de drogas, etc.

As obras de infra-estrutura na região onde se localiza o bairro de Santa Tereza tornaram esse bairro bem mais vulnerável aos empreendimentos imobiliários de maior monta, quando já se podia constatar a expansão do uso comercial e da construção de edifícios. Pode-se destacar, por exemplo, a verticalização permitida pelo zoneamento ZR-4 (criada para a área em torno do centro da cidade), que induz a ocupação residencial multifamiliar vertical. (Plano Diretor de Belo Horizonte, 1995).

Foi nesse contexto que emergiu em 1996 se não a maior uma das maiores mobilizações dos moradores na defesa do bairro frente às ameaças representadas pela voracidade dos capitais imobiliários, episódio que precipitou a resistência da comunidade local face à mudança de padrão de ocupação estabelecida pelo poder público municipal. O evento mais marcante desta mobilização foi, indubitavelmente, o ato público ocorrido em 21 de abril de 1996, quando os seus participantes fizeram um “abraço simbólico” em torno da Praça Duque de Caxias. Este acontecimento é o que melhor simboliza o percurso da resistência local, explicitando para a comunidade do bairro e para a cidade de Belo Horizonte os motivos desta luta e o seu sentido, evidenciando a determinação de seus moradores quanto à importância de se preservar a identidade do bairro.

Esta ação efetivamente teve fortes ressonâncias junto ao poder público, conduzindo à aprovação do artigo 83 da Lei 7.166/96, mais precisamente em 14/06/1996 pela Câmara dos Vereadores, que resguarda o bairro de comprometimentos ao seu patrimônio arquitetônico-urbanístico. Desta ação resultou uma das emendas acatadas pela Comissão que analisou o Plano Diretor de Belo Horizonte de 1995, pela qual o bairro passou a ser considerado uma ADE (Área de Diretrizes Especiais)¹¹. O parágrafo primeiro deste

¹¹A ADE (Área de Diretrizes Especiais) é definida como uma área que, em função das características ambientais e da ocupação histórico-cultural, demanda a adoção de medidas especiais para proteger e manter o uso predominantemente residencial.

artigo prevê ainda mecanismos de participação da comunidade e na gestão da região. O parágrafo segundo estabelece que além de uso residencial, somente é permitido na ADE Santa Tereza o funcionamento das atividades relativas aos usos do Grupo I, isto é, prédios com até três andares e com altura máxima de 15 metros e para os casos que não impliquem a demolição das edificações hoje existentes. Desse modo, o novo Plano Diretor da Cidade (aprovado no final de 1996 e com vigência a partir de 1997), estabeleceu diretrizes especiais para construção e implantação de atividades no bairro, dificultando a construção de espigões. Vale dizer que a área construída de Santa Tereza expõe um expressivo percentual de casas, pouco mais de 70%, e os quase 30% restantes de prédios de apartamentos.

Entretanto, se estas medidas impuseram restrições à construção de “arranha-céus” no bairro, elas não têm conseguido conter de forma ampla a construção de prédios de menor porte. Percorrendo-se as ruas do bairro, pode-se observar a presença destes edifícios em vários pontos. Porém, não ainda a ponto de entabular uma ampla e profunda descaracterização do bairro. Acrescente-se, ainda, que além do impedimento à verticalização de maior volumetria, outro fator de ameaça e constrangimento que a regulamentação da ADE pretende evitar, é o atravessamento do bairro pelo chamado tráfego de passagem.

Esta ação de resistência à descaracterização do bairro, conducente à sua transformação em ADE (a primeira a ser criada em Belo Horizonte), ocorreu logo após a descoberta, por um grupo de moradores, de que o bairro de Santa Tereza tinha sido incluído no novo Plano Diretor de 1995, como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP). Este fato precipitou a formação do Movimento *Salve Santa Tereza* - tido como o principal responsável por esta conquista -, de modo a barrar uma desfiguração maior que já se manifestava em alguns pontos, como, por exemplo, na Rua Hermílio Alves, que já apresentava prédios de 12 andares.¹² Este movimento emergiu, portanto, na eminência efetiva desta ameaça representada pela nova legislação urbana de Belo Horizonte. A pressão exercida pelo Movimento se deu no sentido de modificar o projeto do Plano, mais especificamente da lei de parcelamento, ocupação e uso do solo urbano. Desse modo, diante da verticalização e da flexibilização permitidas na proposta do Plano Diretor (rejeitadas pelo Movimento), afirma-se o desejo da comunidade do bairro pela manutenção das suas características locais, tendo em vista o resguardo de certa tranquilidade, da qualidade de vida e da sua sociabilidade. De um pequeno grupo de pessoas, o então embrionário movimento se alarga, angariando apoios importantes pela cidade como, por exemplo, do IAB e da OAB.

A proximidade de Santa Tereza à zona central de Belo Horizonte, à região hospitalar e ao bairro Savassi (áreas já há algum tempo saturadas), conferiu-lhe grande vulnerabilidade às sanhas do capital imobiliário, condição reforçada com a classificação de ZAP (Zona

¹² Segundo diagnóstico feito pelas secretarias municipais de Planejamento e Atividades Urbanas, até 1998, Santa Tereza apresentava 5 edifícios com mais de 11 pavimentos (sendo um deles com três blocos), 7 entre 8 e 10 pavimentos, 14 entre 5 e 7 pavimentos, e mais de 3 mil edificações com até quatro pavimentos. In: Hoje em Dia, Belo Horizonte, 13 de outubro de 1998. p.5.

de Adensamento Preferencial) proposta inicialmente pelo Plano Diretor. Após todo um trabalho de convencimento junto aos vereadores e à opinião pública, no sentido de se chamar a atenção para a relevância da região do bairro e, mais especificamente, de Santa Tereza à cidade de Belo Horizonte (o que contou com uma boa divulgação pela mídia) o resultado foi a criação da ADE.

Não fosse essa mobilização de resistência dos moradores, e os apoios que o movimento recebeu de várias instituições, poder-se-ia prever, como um dos cenários mais prováveis (sem a criação da ADE), uma rápida e efetiva descaracterização do bairro pelo capital imobiliário. Isto seguramente acarretaria sérios comprometimentos aos seus espaços de convívio (ainda existentes e insinuantes), assim como ao seu acervo arquitetônico e urbanístico (que ainda guarda um expressivo casario do início do século XX, sobretudo dos anos 20 e 30) pela substituição progressiva do patrimônio edificado. Ademais, o recrudescimento da verticalização levaria a sobrecargas na infra-estrutura de água, de esgoto e de trânsito.

Pelo nosso entendimento, esse percurso de mobilização e resistência expõe a conformação de uma situação espacial em Santa Tereza, na qual os moradores decidiram conscientemente acerca do lugar de moradia, vivência e existência. O questionamento diante do prescrito, da situação indesejada de descaracterização representada pelas normas urbanísticas inicialmente propostas pelo Plano Diretor, suscitou uma “tomada de consciência”. Tal condição sugeriria uma perspectiva oposta a uma reificação sócio-espacial, uma vez que esta práxis territorial de resistência encerra (e está pautada por) sentimentos, afetividade entre as pessoas e destas com o lugar de vivência, aspectos que se inscrevem na historicidade topofílica do bairro, política e socialmente valorizada.

Conquanto o bairro ocupe atualmente uma área correspondente a 84,292 km², delimitada ao norte pela Rua Pouso Alegre, ao sul e a leste pela Rua Conselheiro Rocha, e mais a oeste pela av. Flávio dos Santos e av. do Contorno, com uma população estimada (dados de 2000) em 12.122 habitantes¹³ (entre eles, muitos moradores antigos, estudantes universitários, professores, artistas plásticos, músicos, ceramistas, poetas etc.¹⁴), Santa Tereza conformou-se como um bairro predominantemente residencial, evidenciando-se no contexto sócio-espacial de Belo Horizonte pela sua vida boêmia, festiva e artística.

¹³ Esclareça-se que a estimativa se fez a partir de dados disponibilizados no Censo do IBGE de 1991 para os bairros de Santa Tereza e Floresta (respectivamente com 10.761 e 18.852 habitantes) para o ano 2000, quando então os dados não são apresentados *por bairro* nem pelo IBGE (que opera com setores censitários) e nem pela Prefeitura de Belo Horizonte (que trabalha com Unidades de Planejamento). Assim sendo, levantei no Anuário Estatístico de Belo Horizonte (2001) os dados da Unidade de Planejamento Floresta/Santa Tereza de 2000 (que indica apenas a população de forma agregada, no caso de 33.357 habitantes) para fazer esta estimativa. Trabalhando-se os dados destes dois períodos (1991 e 2000), pode-se constatar, de forma aproximada, que a população de Santa Tereza e da Floresta em 2000 perfaziam, respectivamente, 12.122 e 21.235, muito embora não seja prudente e nem razoável afirmar que estes bairros tenham crescido na mesma proporção. Trata-se, portanto, de uma aproximação.

¹⁴ Cumpre observar, acerca disso, que a literatura sobre valorização do espaço, que atravessa a geografia econômica, fala dessa presença social “alternativa” que tem “certa cultura” e pode ser intermediária – no tempo da capitalização possível – de outros usos e moradores.

Esta tríade é uma de suas características mais marcantes. Ela representa um traço forte nas suas práticas sócio-espaciais e, desse modo, na sua identidade e territorialidade. O que faz deste lugar um espaço de atração e de “philia”, de procura constante por moradores de diversas partes de Belo Horizonte e mesmo de outras cidades, inclusive do exterior. É um traço historicamente constituído no bairro, consolidado e inscrito no universo da festa, do encontro, da afetividade e, portanto, do uso (concomitantemente do tempo e do espaço). Eis o que lhe é proeminente, éter que o envolve e matiza a sua singularidade. Vejamos, acerca disso, alguns depoimentos de moradores:

Escolhi Santa Tereza, que me chamava atenção por ser mais parecida ainda com cidade do interior, mais família. Cheguei no bairro há 10 anos e os vizinhos me procuram, uma coisa que na capital, na cidade grande, não existe, esse cuidado dos vizinhos, que vem e procuram, que quer saber, saber o que é que faz. E isso me atrai muito, me sinto muito à vontade com essa coisa de ser uma grande família. Me sinto mais segura, de não ser tão anônima na grande cidade. [...]. Aqui tem ainda muita casa. Quis morar num bairro com mais casas do que prédios. A gente batalhou pra ter leis que protegessem o bairro. A comunidade é unida, eles discutem, cobram. [...] A grande diferença é a semelhança com o interior. Aqui se conhece todo mundo. Há dez anos que estou aqui e as pessoas são assim, não apenas os vizinhos. [...] Há um afeto entre os moradores.¹⁵

Um outro morador, que reside a 51 anos em Santa Tereza acredita que o bairro seja

[...] um dos melhores bairros para se morar da cidade. A vida aqui é mais tranqüila. [...] É difícil alguém não conhecer a outra pessoa. [...] Aqui tem muitas famílias antigas. Permaneço até hoje no bairro porque tenho relações de amizade antigas.¹⁶

Em depoimento de outra moradora, que vive no bairro há 36 anos, e que diz adorar a cidade de Belo Horizonte, Santa Tereza comparece como o lugar preferido da capital mineira, no qual tem a maior parte de seus familiares. Embora identifique no bairro um relativo avanço da violência e uma insuficiência do policiamento, o bairro, mesmo assim, é considerado “um bom lugar para se viver”. E explica:

[...] talvez porque tenha ainda muita residência, menos edifícios, o povo ser mais socialmente amigo. A gente sai aqui, todo mundo sai se cumprimentando como se fosse uma cidade do interior. [...] Todo mundo te cumprimenta; de início pergunta as coisas, conversa, sai andando, fazendo uma compra, conversando, como se fossem conhecidos; mas, às vezes, se conhecem só de vista, pouco se sabe da pessoa.¹⁷

¹⁵A entrevistada é artista plástica e tem 60 anos (entrevista realizada em 01 de maio de 2004).

¹⁶Técnico de contabilidade e tem 66 anos (entrevista realizada em 04 de agosto de 2004).

¹⁷Aposentada, tem 76 anos (entrevista realizada em 05 de agosto de 2004).

Perguntado sobre as suas impressões sobre Santa Tereza, um outro entrevistado respondeu o seguinte:

As melhores possíveis. Um bairro bom de morar porque não é super-populoso. Apresenta uma infra-estrutura urbana razoável ou fácil acesso a equipamentos urbanos. Não passou por processo de verticalização como Floresta, Sagrada Família e Santa Efigênia. Apesar de alguns relatos dando notícias de roubos e assaltos, tenho a impressão de segurança, de conforto ao caminhar ou percorrer de carro as ruas do bairro, que são bastante simpáticas.¹⁸

Embora as relações entre os moradores revelem-se diversificadas, o bairro, como se viu, ainda guarda relações estreitas de vizinhança (de boa vizinhança), fato que pode ser atribuído, de um lado, à presença e permanência de moradores antigos nas suas dependências, cuja longa convivência proporciona um conhecimento mútuo e íntimo dos seus hábitos; de outro, pelo relativo “insulamento” do bairro em relação ao centro e demais áreas de maior dinamismo da cidade, resguardando-se, até certo ponto, de uma efetiva elitização sócio-econômica, aspecto pelo qual ele ainda se apresenta como um bairro predominantemente de segmentos de renda média e baixa.

Como mencionado a pouco, a constituição deste quadro sócio-espacial mais “particularizado” ao longo dos tempos pode ser atribuída ao relativo isolamento geográfico que o lugar experimentou durante um bom tempo em relação ao seu entorno. Historicamente, o bairro se encontrava “fora” da zona urbana, demarcando, assim, uma descontinuidade espacial no processo mais geral de formação da cidade. Mas esta descontinuidade não se reduz apenas à dimensão territorial, mas se estende aos modos territoriais de vivência no/do bairro. O fato do bairro não ter sido drenado por grandes artérias de circulação, contribuiu significativamente para um relativo resguardo dessa conformação sócio-espacial. Santa Tereza afirmou-se no interior da metrópole como um lugar em que seus moradores o reconhecem como seu, evidenciando interações observáveis entre as formas físicas e as formas sociais, pelas quais se forma o vínculo entre preservação e comunidade. Portanto, seu percurso de formação sugere a constituição de uma outra sociabilidade, que não foi forjada pelos imperativos da racionalidade geométrica. A própria conformação das suas ruas - caracterizada, entre outras formas, também pela presença de becos, ruas estreitas e tortuosas -, favorece a aproximação e o encontro entre as pessoas, o contato direto, ainda favorecendo uma maior aproximação entre as pessoas.

Pode-se dizer que Santa Tereza se afirma no movimento mais amplo de estruturação e evolução da metrópole interiorana (Belo Horizonte) como um lugar histórica e geograficamente vivenciado pela comunidade que nele se inscreve. Enquanto um espaço

¹⁸ Morador do bairro há alguns anos, o entrevistado tem 36 anos, é historiador e professor universitário (entrevista realizada em 20 de abril de 2004).

vivido, e não simplesmente um espaço visto, condição pela qual se realiza historicamente a ação e a exploração do indivíduo no espaço, o bairro se insinua no conjunto da cidade como um lugar diferenciado, dotado de certa singularidade - e cada lugar é, à sua maneira, o mundo... Para tal singularidade há que se levarem em conta seus modos territoriais de vivência, que se manifestam, sobretudo, na sua musicalidade, na vida boêmia, nas rodas de “bate-papos” (principalmente nos bares e restaurantes), na vida religiosa da Paróquia de Santa Tereza, na mobilização política em torno da preservação do bairro, nas feiras, etc. Eles representam efetivos vetores de socialização no bairro, à medida que entabula o compartilhamento coletivo (por grupos) e individual em diversos lugares, conferindo-lhe, assim, um sentido locacional de presença e co-existência.

Vinculando-se a esses modos territoriais de vivência, a formação sócio-espacial de Santa Tereza expõe ainda a existência de uma territorialidade insinuante, que é matizada essencialmente pela valorização simbólica e afetiva do lugar por seus moradores e, de forma correlacionada, pela politização em relação às questões que envolvem a sua preservação.

Sendo a territorialidade compreendida como uma categoria relacional espaço-sociedade, ela “[...] corresponde ao conjunto das relações que permitem aos diversos grupos fazer valer seus interesses no espaço, tornado lugar de vida”. (Bailly; Beguin, 1998, p.16). Neste sentido, ela se traduz e se inscreve como um fenômeno existencial, uma experiência possível manifesta no tempo e no espaço. É por meio dela que um dado grupo social ou mesmo o indivíduo adquirem consciência do seu espaço de vida. Desse modo, a territorialidade assume um valor bem particular, uma vez que reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros da coletividade, pelas sociedades em geral. (Raffestin, 1993, p.158). Para o autor, a territorialidade sempre apresenta em sua base

[...] uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. (1983, p.161-162).

É preciso esclarecer que não se trata de uma simples relação com o espaço, ou mesmo como uma suposta admissão da idéia pela qual a forma determina o conteúdo, haja vista que as formas espaciais, por si mesmas, são insuficientes para explicar a sociedade no seu estatuto ontológico. Todavia, não se postula aqui a inversão da situação através da negligência para com o espaço, o qual não se expressa tão somente como um mero reflexo da sociedade, mas simultaneamente como o terreno onde as práticas sociais se exercem, sendo, concomitantemente, [...] “a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido”. (Gomes, 2002, p.172).

Considerando-se que a territorialidade encerra uma dinâmica, em que seus fatores constitutivos são passíveis de modificações espaço-temporais, postula-se que a territorialidade de Santa Tereza se inscreveria, mais especificamente, no universo relacional entre “uma territorialidade estável” e “uma territorialidade instável” (Raffestin, 1983, p.162). De acordo com Raffestin, na “territorialidade estável [...] nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo”, enquanto na “territorialidade instável [...] os elementos sofrem mudanças a longo prazo”. (1983, p.162). É plausível admitir, então, que Santa Tereza se apresentaria, ao menos por enquanto, como um construto sócio-espacial dotado de uma territorialidade híbrida, assentada em relações de troca e/ou comunicação, na qual parte dos seus elementos constitutivos pode mudar e outra permanecer estável.

Esta interpretação remete à dimensão da vida cotidiana na modelação do bairro, uma vez que é nela que se inscrevem os chamados “benefícios simbólicos”. Segundo Pierre Mayol (1997, p.39),

Esses benefícios deitam suas raízes na tradição cultural do usuário, não se acham totalmente presentes à sua consciência. Aparecem de maneira parcial, fragmentada, no modo como caminha, ou, de maneira geral, através do modo como “consume” o espaço público. Pode-se também elucidá-lo através do *discurso de sentido* pelo qual o usuário relata a quase totalidade de suas iniciativas. O bairro aparece assim como o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição. (grifo do autor).

Portanto, o bairro comparece no universo da metrópole (que só parcialmente pode ser vivida) como um espaço dotado de uma dimensão relacional entre os sujeitos e o território, entabulando uma prática cotidiana que,

[...] introduz um pouco de gratuidade no lugar da necessidade; ela favorece uma utilização do espaço urbano não finalizado pelo seu uso somente funcional. No limite, visa conceder o máximo de tempo a um mínimo de espaço para liberar possibilidades de deambulação. [...] O bairro é, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público (Mayol, 1997, p.44-45).

Este percurso nos leva, assim, a uma reflexão sobre a apropriação social do espaço. Estando a apropriação vinculada diretamente ao uso habitual do espaço, pelo qual ele localmente se insere num circuito relacional mais imediato e próximo do usuário, o espaço se torna, então, uma espécie de extensão do espaço residencial mais particular, que é a casa. O que vale dizer que a apropriação, tal qual a territorialidade, se inscreve no universo da moradia, relacionando-se com a ambiência sócio-espacial urbana. A fixidez do habitat do usuário associada ao uso cotidiano do bairro faz com que ele, gradativamente, se insira numa esfera privada pelos investimentos regulares que o cidadão realiza no seu ambiente,

capturando e introduzindo-o no seu universo existencial. Isto estabelece no lugar uma relação de aproximação e envolvimento. O sentido desta esfera privada do espaço não está referenciado propriamente pela propriedade, mas no seu uso cotidiano, através do qual ele é apropriado por agentes sociais que trazem em suas vidas a experiência de uma esfera privada íntima, que de certo modo se exterioriza pelos domínios do espaço público. Trata-se de uma apropriação em que o corpo, com sua relação mais imediata e efetiva com o lugar, opera um papel primordial, dado que esta apropriação traduz a dimensão do espaço enquanto espaço vivido, com fluxos e ritmos referenciados ao humano, que não necessariamente se anula em função da velocidade da técnica e das dinâmicas do capital frequentemente a ela associadas, podendo mesmo “escapar” delas. Neste sentido, Ana Fani A. Carlos (1996, p.22) observa que

Os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer, de comunicação, mas o importante é que essas mediações espaciais são ordenadas segundo as propriedades do tempo vivido. Um mesmo trajeto convoca o privado e o público, o individual e o coletivo, o necessário e o gratuito. Enfim o ato de caminhar é intermediário e parece banal – é uma prática preciosa porque pouco ocultada pelas representações abstratas; ela deixa ver como a vida do habitante é petrificada de sensações muito imediatas e de ações interrompidas. São as relações que criam o sentido dos “lugares” da metrópole. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso.

As áreas demarcadas por relações mais diretas e regulares com o lugar, e pelo lugar, circunscreveriam uma relação inseparável entre apropriação do espaço e territorialidade. Há, sem dúvida, limites ou restrições à apropriação espacial, porém as noções de limite e restrição relativas a ela não significam a sua impossibilidade, a sua não-realização absoluta, conquanto as contradições potencializadas do capitalismo em crise açulam novos dinamismos e transformações na relação sociedade/espaço.

Ademais, a questão relativa à apropriação do espaço e à formação da(s) territorialidade(s) envolve dificuldades e questionamentos, entre os quais a da ambigüidade entre o real e a sua representação. O próprio significado de representação é alvo de debates, oscilando desde interpretações que a consideram uma ilusão, isto é, uma expressão descolada do real, até leituras que a qualificam como parte integrante e formativa do próprio real, havendo ainda compreensões menos polarizadas que a situa num universo intermediário, um misto de real e de sua figuração. Buscamos aqui trabalhar com a categoria da representação numa perspectiva geográfica, pelo aporte da territorialidade.

Enquanto uma práxis inscrita no social, a apropriação e a formação da territorialidade - embora restringidas no curso do desenvolvimento da modernidade – encerram potencialidades que indagam sua dimensão e seu alcance na contemporaneidade, sobretudo

potencialidades de práxis de caráter inventivo, que não devem ser confundidas com práxis estritamente repetitivas. (Lefebvre, 1958). Se no âmbito do social engendram-se fronteiras e limites, estes limites não são automáticos e absolutos, uma vez que o social é, por excelência, o universo relacional e comunicacional em que emergem proposições de novas possibilidades e ações. Assim, o social compreenderia mais propriamente

Um espaço em que Eu e Outro se encontram, exploram identidades, constroem símbolos e expressam afetos. Nesse sentido, o social é também um espaço para transcender fronteiras institucionalizadas e para instituir novas fronteiras. A teoria das representações sociais deve ser explícita em sua concepção do social – ele não é uma variável independente; não é uma estrutura externa, não é uma influência. O social é a arena própria que constitui a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva do fenômeno das representações sociais. O jogo entre o subjetivo e o objetivo, e entre a ação e a reprodução, que constituem o social está no centro do processo de formação das representações sociais. (Jovchelovitch, 2000, p.180-181).

Admitindo-se que a territorialidade se circunscreva no âmbito da representação, portanto do discurso e da narrativa, é necessário levar em conta que elas estão referenciadas no e pelo real, uma vez que o imaginário social não resulta do nada. Contudo, cabe evocar o alerta cauteloso de Ítalo Calvino, para o qual “[...] jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles”. (Calvino, 1997, p.59). À medida que o imaginário emerge e se constitui no plano das chamadas realidades intersubjetivas, a territorialidade revelar-se-ia então como uma expressão espacial intelectualmente construída a partir de referências da realidade. Nesse sentido poder-se-ia dizer que as ações humanas sofrem influências das representações, podendo estas modelar comportamentos e práticas sociais. Portanto, a territorialidade estaria circunscrita aos limites de uma “realidade ilusória”, confinada tão somente ao universo mental, intelectual? A media que ela se integra à esfera existencial, portanto da vida, a territorialidade enquanto representação não seria ela própria parte da realidade? Afora polêmicas em torno da questão, compreendemos que o procedimento de apartá-las do real, ou tomá-las como uma espécie de “real distorcido” sugere uma concepção científica (ou, talvez, cientificista) de objetividade, que condena o investigador a um tratamento cognitivo do objeto de conhecimento que faz dele uma expressão vazia e destituída de subjetividade. Neste sentido,

As coisas objetivamente consideradas podem ter peso, volume, estrutura atômica e tudo aquilo que os instrumentos científicos conseguirão medir. Mas a subjetividade humana é soberana em seus domínios e não cede as suas prerrogativas. [...] A luminosidade vivida não reflete a luminosidade medida. Ninguém, é verdade, enxerga no escuro. Mas a luz que de fato importa e a luminosidade das coisas vistas [...] dependem muito do estado

mental de quem vê. (Giannetti, 1997, p.86).

Assim, a formação da territorialidade implica também o nível da representação, estando esta amalgamada àquela. O sentimento de pertencimento, bem como o de compartilhamento a um dado lugar (ingredientes importantes na formação da territorialidade), como vimos no caso de Santa Tereza, envolve fatores diversos, bem como são diversas as formas pelas quais eles se realizam. Mas é no plano da experiência sócio-espacial efetiva – real - que eles são forjados.

Fazemos ainda um último adendo no debate em torno do significado de apropriação, que se enriquece com a contribuição de Rogério Haesbaert (2002), fundamentado nas idéias de Henri Lefebvre, de modo a apresentar uma distinção entre apropriação e dominação do espaço. Haesbaert observa que Lefebvre faz uma advertência para o fato de que embora estas expressões sócio-espaciais devessem aparecer associadas, juntas, elas também se tornaram separadas e contraditórias com o desenvolvimento do capitalismo e do processo de acumulação. Com eles, a posse, no sentido da propriedade, serviu concomitantemente como uma “condição” e um “desvio” da atividade de apropriação do espaço, em razão das demandas e possibilidades dos diversos grupos que a realizam. Nesta perspectiva, o conceito de apropriação de Lefebvre, segundo Haesbaert, comportaria fundamentalmente duas dimensões, quais sejam:

Um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente “funcional”, e uma dimensão simbólica e afetiva. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar.

Assim, associar ao controle físico ou à dominação “objetiva” do espaço uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social. Simplificadamente podemos dizer que, enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (Haesbaert, 2002, p.120-121).

Considerações finais

Malgrado os impactos que a modernidade capitalista provoca no território e, mais especificamente, nas relações de solidariedade e de sociabilidade num dado lugar, isto não autoriza, contudo, afirmações apressadas de que elas necessariamente desapareçam

ou se transmutem em relações alienadas, circunscritas a uma “cidadania caricatural” - conquanto se admita as dificuldades de realização da cidadania sob a condição capitalista atual. Diante disso é que se reitera a necessidade de um olhar mais cuidadoso em relação ao presente, de modo a valorizar certas conquistas e avanços auspiciosos da práxis social, evitando-se generalizações e posturas totalizantes e pretensamente certas, não raro tendentes a um certo niilismo.

O primado do valor de troca no universo espaço-temporal não é suficiente a ponto de estabelecer um território árido no qual a esperança e os desejos, bem como o uso e as territorialidades a ele vinculadas sejam banidos do mundo sensível, ou mesmo qualificados como expressões da alienação. Sinaliza-se, assim, para os limites deste movimento e as brechas que se abrem às possibilidades do uso e da apropriação social do espaço. Avanços quanto à constituição de uma condição sócio-espacial mais aceitável podem, até certo ponto, ocorrer mesmo sob o capitalismo, de modo a se valorizar as possibilidades do presente e a urgência de ações social e ambientalmente desejáveis e conseqüentes¹⁹. No entanto, mudanças mais profundas certamente requereriam transformações nas bases da sociedade, o que se colocaria como um projeto de longo prazo. O que nos leva a asseverar que não haveria *um* protagonista exclusivo ou principal no processo de transformação do espaço e da cidade, sendo mais razoável se pensar num ator coletivo eficaz, social e politicamente reconhecido, cujo dimensionamento não se fizesse pela somatória de suas partes (ou agentes), mas por sua efetiva capacidade de articulação e integração em prol da melhoria das condições sócio-espaciais e, assim, da reprodução social e da existência presente e futura.

Conquanto as condições sócio-espaciais da contemporaneidade encerrem dificuldades e imponham certos limites a uma efetiva democratização do espaço, ainda assim estão lançadas no horizonte a possibilidade efetiva de um maior envolvimento e participação renovada das pessoas naquilo que afeta mais diretamente as suas vidas, constituindo no seu conjunto formas de atuação e operacionalização mais refratárias a dirigismos e cooptações do Estado. Dado que o poder político é um fenômeno histórico, os diversos grupos sociais que compõem a sociedade têm revelado, e deverão continuar a revelar, novas e imprevisíveis formas de organização e ação, tanto nos interstícios das estruturas burocráticas como à margem delas. Neste sentido, as práticas sócio-espaciais de caráter mais autonomista delineiam não apenas novos arranjos político-territoriais,

¹⁹ Não sendo o propósito deste trabalho arrolar pormenorizadamente possibilidades de caminhos e estratégias alternativas, pode-se, ao menos, chamar a atenção, concordando com Ermínia Maricato, para a necessidade de se produzir e se disseminar para a sociedade, as lideranças comunitárias e os administradores públicos o conhecimento sistemático e fidedigno sobre a “cidade real” (que não se confunde com a “oficial”), de modo a estimular o debate democrático e a desconstrução de mitos, reduzindo substancialmente a grande desinformação reinante e imprimindo maior transparência às práticas administrativas. Podem-se mencionar também as diversas experiências de administração participativa, com práticas relativamente bem-sucedidas de orçamento participativo. Além disso, vale lembrar também a criação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001), que envolve a definição da “função social” da propriedade, prevista na constituição de 1988, e que institui a obrigatoriedade de Planos Diretores para municípios com mais de 20 mil habitantes. Cf. Maricato, 2000; Maricato, 2001. E, não menos importante, caberia ainda levar a cabo uma profunda e conseqüente reflexão acerca da ação das mídias, e o embotamento da imaginação e do pensamento que a multiplicação imagética e ideológica que ela veicula acarreta.

como também conferem à escala do lugar a condição de *locus* privilegiado de uma geopolítica não institucional estatal. Elas se revelam como formas localizadas de ação política coletiva que, dadas as novas possibilidades comunicacionais engendradas pela globalização, se encontram sensivelmente estimuladas agora, desafiando e redimensionando o poder do Estado. Sendo portadoras de um novo sentido e de uma nova espacialidade à política, é preciso, pois, avaliar de forma sistêmica os seus vetores de transformação quanto às condições objetivas e subjetivas da vida social. Embora o Estado seja, por enquanto, o principal agente político na organização do espaço, cumpre, pois, dar visibilidade política a elas.

É preciso observar ainda que a percepção clara do perigo que nos assombra e a magnitude bruta dos seus impactos não se revelam como uma derivação puramente lógico-mental, mas como objetivações da condição humana na contemporaneidade, integrando, portanto, o mundo prático-sensível. Trata-se da formação ampliada de uma condição em que os homens perdem o controle de suas vidas pela afirmação do fetichismo da mercadoria, exercendo constrangimentos e reduzindo sobremaneira o exercício da autodeterminação e da crítica, conducente à constituição de um campo privilegiado ao triunfo do valor de troca e do seu mundo de equivalências, reino da uniformidade do pensamento único.

Esta condição-limite suscita a possibilidade de se forjar outros caminhos e estratégias que sejam capazes de reverter essa trajetória indesejável e preocupante de degradação sócio-espacial que se anuncia a passos largos. O que nos leva a pensar que o homem continua sendo, mais do que nunca, um projeto social, projeto que para além de encerrar preocupações com a sua sobrevivência física mais imediata, perquiria a integridade de sua essência. Urge, portanto, repensar crítica e radicalmente a economia capitalista e a cultura contemporânea por ela modelada, para além do reino do valor de troca. Isto pressupõe a efetiva assimilação de um desejo profundo pela liberdade, tanto quanto ela seja possível, de modo a se pensar num anti-valor, mais propriamente num valor calcado na afetividade entre os homens. Eis o sentido maior dessa crítica radical.

Bibliografia:

- Anuário Estatístico de Belo Horizonte 2000*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2001.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/Salamandra/Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.17-45.
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In: *Enciclopédia Einaudi*, vol.5, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p.296-332.
- BAGGIO, Ulysses da C. *A Luminosidade do lugar - circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005. (Tese de doutorado em geografia humana).

- BAilly, Antoine; BEGUIN, Hubert. *Introduction à la géographie humaine*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1998.
- BOADA, Luis. *O espaço recriado*. São Paulo: Nobel, 1991.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CARLOS, Ana Fani A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, Ana Fani A. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CORAGGIO, José L. A Construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo. In: RIBEIRO, Luiz César de Q.; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos. (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.221-259.
- DAVIDOVICH, Fany R. Considerações sobre a urbanização brasileira. In: BECKER, Bertha K. et al. (orgs.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.79-96.
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 8 de dezembro de 2005, caderno Opinião, p.A2.
- GIANNETTI, Eduardo. *Auto-engano*. Companhia das Letras: São Paulo, 1997.
- GOMES, Paulo C. da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- Hoje em Dia, Belo Horizonte, 13 de outubro de 1998.
- IBGE. Censo de 1991.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *De l'état*. tome IV. Paris: Union Générale d'Éditions, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. "Introduction". In: *Critique de la vie quotidienne*. (vol.1). Paris: Éditions l'Arche, 1958.
- LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.
- Legislação de parcelamento, ocupação e uso do solo. Lei 7.166 de 27 de agosto de 1996. Prefeitura de Belo Horizonte – Prodabel.
- MAYOL, Pierre. "O bairro". In: CERTEAU, Michel de et al. *A invenção do cotidiano*. 4ª. edição. Petrópolis: Vozes. 1997. p.37-45.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia et al. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2ª. edição. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- O TEMPO, Belo Horizonte, 20 de abril de 2001, caderno Magazine, p.10-11.
- Plano Diretor de Belo Horizonte: lei de uso e ocupação do solo – estudos básicos. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1995.
- MARTINS, José de S. Para compreender e temer a exclusão social. *Vida Pastoral*, São Paulo, v.45, n.239, p.3-9, nov./dez. 2004.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Boaventura de S. (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993.
- SCHIMIDT, Benício V. *O estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/L&PM, 1983.
- SEABRA, Odette C. de L. "A insurreição do uso". In: MARTINS, José de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.71-86.
- SOUZA, Marcelo L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TUAM, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

Recebido para publicação dia 30 de Novembro de 2007

Aceito para publicação dia 24 de Fevereiro de 2008